

sília poderá funcionar 100%. De outra maneira, como poderá ela funcionar em tôda a sua plenitude? De outra maneira, como trazer para cá os funcionários públicos, se não têm onde morar? Para que Brasília funcione 100% é preciso que seja concluída.

Estou certo de que o Sr. Presidente da República decidiu acabar as construções indispensáveis ao funcionamento de Brasília, terminar as obras que são de real interesse para esta Cidade, para o Brasil, entre as quais destaca-se a ligação ferroviária.

Parabéns ao Sr. Presidente da República, ao Sr. Ministro da Viação, ao Sr. Subsecretário de Estado, parabéns a Brasília, parabéns ao Brasil, à Capital do Brasil que é aqui. (*Muito bem*).

O SR. PADRE NOBRE — (*Para uma comunicação*) * — Sr. Presidente, faço minhas as palavras do nobre Deputado Último de Carvalho, da mesma maneira que tenho prazer em louvar todos aqueles que corajosamente se apresentam na tribuna desta Câmara com o objetivo de defender não mais a mudança da Capital mas a consolidação de Brasília, para a grandeza do Brasil.

Dizem alguns, Sr. Presidente, que foi loucura construir a nova Capital. Não entro no mérito da questão. Apenas afirmo com plena convicção de que loucura maior seria agora não terminar a Capital, não consolidá-la, loucura maior seria trair os brasileiros que esperam de Brasília todo o futuro e toda a grandeza da pátria.

Que o Sr. Presidente da República tenha de fato coragem impar e destemor sem igual, incrementando as obras da efetivação da nova Capital. Todo o Brasil olha para esta Cidade com esperanças novas de um futuro mais grandioso e mais glorioso.

Assim, portanto, junto a todos aqueles que estão ao lado de Brasília a minha palavra, a minha

luta, o meu dedicado esforço para que esta seja a Capital do Brasil já que se tornou a Capital de todos os brasileiros. (*Muito bem*).

V — O SR. PRESIDENTE — Passa-se à primeira parte do grande expediente.

Tem a palavra o Sr. Emival Caiado.

O SR. EMIVAL CAIADO * — Sr. Presidente e Srs. Deputados, deflagrou-se de poucos dias a esta parte uma virulenta campanha de retornismo da Capital da República de Brasília para o Estado da Guanabara. Não poderíamos, nós, na qualidade de presidente do Bloco Parlamentar Mudancista, deixar de tecer algumas considerações sobre essa forte arremetida a esse impatriótico arreganho que se pretende levar a efeito contra talvez a maior obra do século em todo o universo, que foi o início da construção desta cidade. Vem a pêlo, neste instante, recordar os motivos, se não o principal, determinantes da idealização e da criação do Bloco Parlamentar Mudancista, a vanguarda sem nenhum favor que atuou na transladação da Capital da República para o Planalto Central dentro do Congresso Brasileiro, sustentando a luta da interiorização da Capital da República, luta político-parlamentar coroada de pleno êxito. Nós os antigos mudancistas, dispersos, mas na defesa desse ideal e dessas idéias verificando que ameaçava a efetivação da mudança a liderança agressiva capaz, ameaçadora e perigosa da bancada do Estado da Guanabara que contava com uma cobertura jornalística e publicitária, fabulosa dispunha das manchetes dos grandes jornais da República, numa mobilização da opinião da ex-Capital, constituímos o Bloco Parlamentar Mudancista, para, com o espírito de equipe e de unidade, desenvolvermos um trabalho mais amplo a fim de impedir que o problema da transferência da Capital se transformasse

* Não foi revisto pelo orador.

* Não foi revisto pelo orador.

em diálogo entre Oposição e Governo, porque uma causa dessa grandeza não comportava absolutamente um diálogo entre Oposição e Governo. Por isso, o Bloco Parlamentar Mudancista, composto de elementos de várias tendências ideológicas de todos os Partidos com assento nesta Casa, teve o grande mérito, a grande felicidade de situar a mudança da Capital da República acima da injunções político-partidárias.

Esta a principal virtude do Bloco Mudancista, porque levou até os últimos dias daquela memorável, épica e histórica batalha o caráter apartidário. Feita a mudança da Capital, não poderíamos os homens do bloco mudancista, continuar naquela ação que vínhamos exercendo, porque a grita pelo Brasil inteiro era que Brasília era a causa principal da inflação e que não era possível continuar a construção da Capital da República no mesmo ritmo em que se trabalhou até às vésperas da interiorização da Capital. Permanecemos, então, em atitude de expectativa. Vencida a batalha principal, entendemos que as coisas se normalizariam independentemente da continuidade do diálogo entre mudancistas e antimudancistas, que isto poderia prejudicar talvez o nosso trabalho. O próprio Presidente Juscelino Kubitschek, nos últimos meses do Governo, arrefeceu o ímpeto das obras nesta cidade. Veio o Governo do ex-Presidente Jânio Quadros, que afirmava seu propósito de consolidar a Capital da República aqui no Planalto. Se é verdade que Sua Excelência permaneceu, durante aqueles meses de governo, quase sem arredar pé de Brasília, não é menos verdade também que Sua Excelência não moveu uma palha sequer para continuar a construção desta cidade.

Nós, do Bloco Mudancista, que tínhamos dado um crédito de confiança a S. Exa., permanecemos silenciosos, aguardando a ação governamental no sentido dessa con-

solidação, até o dia da renúncia de S. Exa. Naquele dia, na qualidade de Presidente do Bloco Mudancista, eu tinha procurado o Prefeito Paulo de Tarso e feito sentir a S. Exa. que o nosso crédito de confiança, dado ao governo que ajudei a eleger, havia-se esgotado, e não era possível continuarmos naquela situação em que nos encontrávamos, com o desemprego em massa aqui na Capital da República, com cerca de trinta mil trabalhadores passando fome, homens que vieram dos diferentes rincões do Brasil para esta cidade, em busca de bons salários, de novas oportunidades, de melhores esperanças e que aqui haviam adquirido seus barracos, os seus lotes a prestações módicas. Com a paralisação dos trabalhos de construção da cidade, encontravam-se em extrema penúria, mas não queriam vender aquilo que adquiriram aqui, para retornar principalmente ao Nordeste, de onde veio a maior corrente migratória. Isso deu motivo a projeto de minha autoria, criando o auxílio-desemprego. Diz-se que o Brasil é um país de legislação trabalhista avançada, mas o operário desempregado ainda não conta com qualquer amparo por parte dos poderes públicos. Nessa ocasião, o Prefeito Paulo de Tarso respondeu-me que qualquer tijolo colocado em Brasília representava mais prestígio para o ex-Presidente Juscelino Kubitschek e que talvez tivesse sido esse o motivo da paralisação quase completa das obras da cidade. Entendia o Presidente Jânio Quadros, talvez, que a continuação das construções fortificaria o prestígio político do ex-Presidente Juscelino Kubitschek. Naquele mesmo dia renuncia o Senhor Jânio Quadros e o país é atirado nessa crise que nem sei dizer se já foi debelada. Durante todo esse período, os mudancistas, especialmente o Bloco Parlamentar Mudancista tem permanecido em posição de expectativa, não querendo agravar o ritmo inflacionário do país, entendendo que os

próprios governantes, principalmente o Poder Executivo viessem continuar as obras de Brasília, independente de pressão parlamentar.

Sr. Presidente, nesse instante, como que existe uma conspiração em marcha, contra Brasília, no sentido do retorno da Capital da República para o Estado da Guanabara ou, pelo menos, o retorno da Câmara dos Deputados, ou do Congresso Nacional. O antimudancismo se assanhou, o antimudancismo, impatrioticamente, vem lançando mão daquela imprensa inconformada, das Madalenas arrendidas, e — por que não dizer? — de sandosistas das areias de Copacabana, das boates do Rio de Janeiro e da vida faustosa que os arquimilionários levam, nos grandes centros de São Paulo e Rio de Janeiro principalmente, para poder conseguir essa medida impatriótica.

Sei, Sr. Presidente, que nada conseguirão, que essa é uma tentativa leviana e desesperada, impatriótica, uma tentativa criminosa. Esse propósito, pela sua própria natureza, já se encontra frustrado. Mas nós, os homens que tivemos uma parcela de responsabilidade na mudança da Capital da República, nós, os homens do Bloco Parlamentar Mudancista, vamos aproveitar esta oportunidade para iniciar um trabalho de pressão sobre o Poder Executivo principalmente, no sentido da continuidade da mudança da Capital, da fixação de Brasília, do prosseguimento da urbanização da cidade, das obras de construção de residências, enfim, da consolidação definitiva, para que possam funcionar na nova Capital o Poder Executivo, com todos os seus corolários, com todas as repartições imprescindíveis.

O Sr. *Último de Carvalho* — Então, o nosso trabalho — e pertence ao Bloco Mudancista, que V. Exa. dirige — não deve ser contra o Poder Executivo. Deve ser a favor do Poder Executivo, porque, incontestavelmente, o Presidente

João Goulart, está com Brasília. As últimas providências que tem tomado são no sentido de prestigiar esta Capital. Ainda há pouco ocupei a tribuna para comunicar à Casa que S. Exa. determinou o término das obras de ligação ferroviária dentro de 18 meses. O Governo tem experimentado dificuldades. A oposição a Brasília não é do Poder Executivo, não é do Presidente João Goulart e de seus Ministros.

A oposição feita a Brasília é daqueles que não se conformaram com a mudança de vida, pois a transferência da Capital da República determinou também mudança em tudo, até em determinadas situações morais dos homens. Muitas famílias encontraram a felicidade em Brasília e muitos pais se reajustaram a nova vida. Muitos evoluíram para uma situação melhor, até do ponto de vista moral. Esses que querem voltar para o Estado da Guanabara desejam continuar com aquela vida criminosa que tinham, de crimes praticados contra o interesse público, contra a moral cristã, contra o interesse da família. Isso sim, porque vivem ainda hoje em verdadeira situação de nababos, sem explicar as fortunas que adquiriram. De forma que, devemos prestigiar o Poder Executivo, através do Presidente João Goulart, para que S. Exa. continue as obras reiniciadas, pois estamos certos de que S. Exa. está ao lado de Brasília, já que está ao lado do Brasil. Brasília e Brasil têm interesses, que se confundem.

O SR. EMIVAL CALADO — Agradeço muito a cooperação do brilhante Deputado *Último de Carvalho*, um dos mudancistas mais categorizados desta Casa. Desejo, apenas, esclarecer a S. Exa. que o Bloco Mudancista está acima dos partidos políticos. Há uma verdade que não podemos esconder: o próprio Presidente Kubitschek, nos últimos meses de Governo, como o Sr. Jânio Quadros, como o Sr. João Goulart, não se têm in-

interessado pela consolidação de Brasília.

Posso mostrar aqui ao nobre colega um plano do GTB, elaborado após estudo exaustivo, há longo tempo, mas que os dirigentes do Poder Executivo não têm querido executar, não importando o matiz partidário de cada qual, ou sua orientação ideológica. A meu ver, o trabalho está muito bem elaborado.

Qual o problema principal para a consolidação da mudança da Capital? Justamente a falta de residências. Por que não vêm para cá os diferentes órgãos do Poder Executivo? Porque não há apartamentos. Os Ministérios estão construídos, as repartições têm local para funcionar, mas não há moradias para todo o pessoal. O Poder Público, então, deverá continuar construindo, como fez na primeira etapa? Edificar êle a cidade inteira parece-me absurda, pois não dispõe de recursos, especialmente em virtude da tremenda inflação, do deficit orçamentário que, segundo estou informado, é da ordem de 700 bilhões. Por isso o plano do GTB é a meu ver inteligente, equilibrado e bem pensado. O GTB tem apresentado sucessivamente ao Poder Executivo, aos Primeiros-Ministros e Presidentes da República que por aí têm passado o plano que no momento se encontra em minhas mãos.

Devo descer a detalhes desse plano, para melhor compreensão do nobre Deputado Último de Carvalho. Inicialmente, depois de vários estudos feitos à época da mudança da Capital, se discutiu o critério que deveria prevalecer nessa mudança. Alvitram-se três hipóteses: primeira, transferência após reforma administrativa, inclusive de métodos e processos de trabalho; segunda, transferência por órgãos de administração, estabelecendo-se escala de preferência por ministérios — só depois de transferido um ministério se cuidaria do seguinte; e terceira, a que afinal predominou, transferência concomitante dos órgãos represen-

tativos do Poder Executivo em uma primeira fase, e, em seguida, escala de preferência para os ministérios e seus órgãos de maior importância, afora a transferência do Poder Judiciário e Poder Legislativo.

O Sr. Valério Magalhães — Nobre colega, V. Exa. está focalizando assunto de grande importância e que durante a semana passada foi objeto de considerações de diversos Senhores Deputados quando se falou no retorno da Capital. Realmente, houve trabalho nos bastidores nesse sentido, e o Executivo não era completamente infenso à idéia. Houve, porém, aqui, imediatamente, verdadeira batalha, batalha que V. Exa. continua, no sentido de que jamais se falasse nesse ato de impatriotismo que representaria a volta da Capital do País para a cidade do Rio de Janeiro. Focalizou V. Exa. o problema das habitações. Sabe o nobre colega que cerca de 2.000 apartamentos estão fechados em Brasília, desocupados. Seicentos e poucos foram destinados a pessoas que para aqui vieram, receberam os apartamentos e a célebre "dobradinha", e muitos voltaram ao Rio continuando, porém, a perceber a "dobradinha" e a ser os titulares dos apartamentos. Entre êstes há, inclusive, altos funcionários do Ministério da Fazenda. O Diretor Geral demitiu-se porque foi isso denunciado pelo "Correio da Manhã" e não podia desmentir a notícia. Outros Chefes de Seção do Ministério da Fazenda estão, também, no Rio de Janeiro, recebendo "dobradinha" e com apartamentos aqui, entregues a familiares. Há até elementos da administração federal que alugaram seus apartamentos.

Há também apartamento de nobre Sr. Deputado, servindo até de escola de dactilografia. É preciso ser franco, trazer êsses fatos ao conhecimento do povo. Dizem que há falta de habitação. Mas, como há falta de habitação, se estão vazios 2.000 apartamentos que deveriam achar-se ocupados? O Banco do

173.^a SESSÃO, EM 12 DE NOVEMBRO DE 1962.

521

Brasil já esteve aqui com a sua diretoria e voltou para o Rio. Ai está apenas a agência com vários funcionários trabalhando. O prédio se encontra praticamente pronto. Muitos e muitos apartamentos do Banco do Brasil permanecem fechados, e se alega falta de habitação. O que falta, nobre colega, é caráter, é patriotismo. O que falta é coragem, aos Deputados que vêm a esta tribuna para dizer a verdade a fim de que o povo saiba que tem aqui quem o representa. Representamos o povo, não devemos ter conluios com o governo central — e, quando falo em governo, refiro-me ao Primeiro-Ministro, o maior responsável, no sistema parlamentar, porque é quem governa. Mas ele é o primeiro a convocar reunião ministerial no Rio de Janeiro quando aqui deveria estar.

Dispõe, nesta Casa, de um gabinete para vir conversar, trocar idéias conosco. A Capital já devia estar em outra situação. Abandonada, desprezada, é a grande mártir desta República, principalmente deste governo, como foi do governo do ex-Presidente Jânio Quadros.

Verifica-se mesmo que existe uma prevenção, há um plano para desmoralizar a Capital, e assim, então haver ambiente no nosso meio para o retorno. Mas nós, que somos, como V. Exa. Deputados do interior, que conhecemos todo o Brasil sofredor, não consentiremos. Ai, sim, haverá a revolução, a revolução do povo para que a Capital fique onde está situada e para defender a integralização da pátria brasileira.

O SR. EMIVAL CAIADO — Vossa Excelência muito contribuiu para abrilhantar esse modesto discurso e corroborar a tese que vínhamos defendendo no sentido da necessidade de uma pressão do Bloco Parlamentar Mudancista neste instante visando a continuação da transferência da Capital, a fixação e a consolidação de Brasília.

O Sr. Alde Sampaio — Queria pedir permissão a V. Exa. para discordar do aparte do deputado Valério Magalhães no que se refere à apuração de responsabilidade. A responsabilidade é o atributo positivo que mais falta nos dirigentes brasileiros. Não há país no mundo cuja direção seja assim irresponsável. De maneira que não é conveniente se esteja passando de um ombro para outro a responsabilidade. Disse S. Exa. que a culpa cabe ao Primeiro-Ministro.

O Sr. Valério Magalhães — É o Governo.

O Sr. Alde Sampaio — Pois eu diria que o Primeiro-Ministro não é realmente hoje, aqui, a despeito dos dispositivos constitucionais, um Primeiro-Ministro parlamentar. Estamos de fato no regime presidencial. Se se quiser apurar a responsabilidade dos atos do Ministério atual, realmente em boa fé, devemos atribuí-la ao Presidente da República. Aliás, depois do plebiscito de 6 de janeiro, terá S. Exa. em definitivo aquilo que pretende e que a Nação, com desconhecimento dos fatos e das teorias, vai atribuir-lhe pela ação que já está sendo indevidamente desenvolvida. Esta, a correção que eu queria inserisse V. Exa. no seu discurso.

O SR. EMIVAL CAIADO — Existe, de fato, muita falha na distribuição dos apartamentos. Há, vamos dizer, muita irregularidade até, como frisou outro colega, mas também faltam residências para novos funcionários. O Bloco Parlamentar Mudancista pedirá uma comissão de inquérito para apurar abusos no que se refere a residências fechadas, alugadas, bem como sobre aqueles casos em que uma pessoa está de posse de mais de um apartamento.

Isso tudo prejudica a mudança da Capital, mas não é só: existe também o desinteresse da parte do Executivo, desde que se fez a mudança, no dia 21 de abril de 60, no sentido da continuidade das obras.

Esta a verdade. De acôrdo com êste Plano, por exemplo, se o Executivo quiser, pode ordenar imediatamente sem precisar de qualquer lei — porque, sabe V. Exa., segundo o Código de Contabilidade, basta enviar Mensagem ao Congresso nesse sentido — as despesas necessárias e mandar o Banco do Brasil pagar. Infelizmente o Congresso não controla êsse aspecto. Êste, um aspecto.

O GTB organizou um plano de ação muito inteligente, muito hábil, muito acertado, a meu ver, para a consolidação da mudança, embora possamos fazer algumas restrições, mas ninguém tem movido uma palha desde 21 de abril de 1960, até esta data, no sentido da conclusão da transferência da administração federal para cá e da continuidade da construção da Capital da República, da urbanização etc. Pelo contrário, o Executivo tem segurado verbas devidas à Prefeitura, à NOVACAP e não tem pago mesmo as dotações orçamentárias, consignadas por nós em serviços vários, para consolidação da mudança da Capital.

O plano do GTB é inteligente, porque prevê um crédito de 21 bilhões e 661 milhões de cruzeiros, resgatado em doze anos, sendo concedidos no primeiro ano apenas 5 bilhões, no segundo ano 4 bilhões e 500 milhões e assim sucessivamente. É um tipo dos empréstimos da Caixa Econômica que permite a cada funcionário dos três Poderes construir a sua própria residência a juros de 8%, resgatável, como disse, no prazo de 12 anos. Tenho a impressão de que a maioria, desses funcionários que vieram para Brasília — refiro-me aos funcionários dos Três Poderes: Legislativo, Executivo e Judiciário — não quererá morar eternamente em apartamentos do governo. Eles compraram lotes e vêm pagando em prestações. Desde que tenham financiamento, construirão a casa própria, porque esta se transformará em propriedade particular e representa a fixação de-

finitiva. Não concordo, porém, em que o governo, às suas expensas, passe a construir, sozinho tudo de que precisa em matéria de residência em Brasília. Mas há uma condição: só se deve dar financiamento ao funcionário que se comprometa a devolver o apartamento do Governo, do Instituto ou de qualquer entidade autárquica em que habite e com aluguéis baixos. Esse plano pode ser pôsto em execução pelo Poder Executivo, imediatamente. Não é preciso nenhuma lei do Congresso. Sabemos que o Poder Executivo no Brasil é mais ou menos ditatorial em matéria de despesas; não fica na dependência do Legislativo. Com base nesse plano, o GTB indica até o caminho a seguir, baseado no decreto 47.658, de 19 de janeiro de 1960, que diz o seguinte:

“A ordenação da realização de qualquer despesa, nos termos do art. 48, § 1.º, do Código de Contabilidade da União, só poderá ser levada a efeito após o pronunciamento do Ministério da Fazenda, autorização do Presidente da República e remessa de Mensagem ao Poder Legislativo, acompanhada de Projeto de lei para a abertura de crédito regularizador da despesa, observado o disposto no art. 1.º do decreto-lei n.º 11, de 24 de novembro de 1937”.

Aí está o caminho perfeito. Pode o Poder Executivo mandar adotar êste plano. É o que reivindicamos no momento presente, perante o Executivo do Brasil, no sentido de continuar as obras de Brasília; a construção de residências, nessa base de um crédito rotativo; na medida em que o funcionário que estiver construindo a sua residência fôr precisando de dinheiro, o Banco do Brasil, sem burocracia fornecerá as parcelas para a construção e êsse mesmo funcionário vai pagando ao Poder Público. Trata-se de crédito rotativo em que o dinheiro que sai do Governo volta ao Governo acres-

cido dos juros de 8%, com 12 anos para pagamento.

A meu ver, Srs. Deputados, esta é a medida principal para a consolidação da nova capital. O plano do GTB também prevê uma escala de prioridade para a transferência dos diversos órgãos da administração federal para Brasília, a qual passo a referir, para conhecimento da Casa. Ministério da Fazenda: parte final do Gabinete do Ministro, Direção Geral da Fazenda Nacional, Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Contadoria-Geral da República. Diretoria da Despesa Pública, Divisão do Material, setor do Departamento Federal de Compras, Administração do Edifício em Brasília, Serviço de Comunicações, Serviço de Pessoal, setor da Biblioteca, considerando-se como transferidas a Inspeção Federal do Imposto de Renda e a Estação Aduaneira, Inspeção Aérea, o Conselho Técnico de Economia e Finanças (parte); Ministério da Justiça: parte final do Gabinete do Ministro, Departamento de Administração, com Divisões do Pessoal, do Material, do Orçamento, Serviço de Comunicações e Documentação, parte final da Agência Nacional, seção de Organização. Consideram-se como transferidas a Consultoria-Geral da República, Procuradoria-Geral da República, Subprocuradoria-Geral da República, Ministério do Trabalho e Previdência Social: parte final do Gabinete do Ministro, Departamento de Administração como Divisões do Material, Orçamento e Pessoal, Seção de Organização, Serviço de Comunicações, Departamento Nacional da Previdência Social — consideram-se como em funcionamento alguns setores do Departamento de Administração. Ministério da Agricultura, parte final do Gabinete do Ministro, Consultor Jurídico, Departamento de Administração, com Divisões do Pessoal, de Orçamento e do Material, parte da Divisão de Obras, Serviço de Comunicações, Seção de Organização, Departamento Nacional da Produção Vegetal, bem como Divisão

do Fomento da Produção Vegetal e Serviço de Informação Agrícola; Ministério da Educação: parte final do Gabinete do Ministro, Departamento de Administração, com Divisões do Material, Orçamento e Pessoal, Serviço de Comunicações e Transportes. Seção de Organização; Ministério das Minas e Energia: Gabinete do Ministro e assessores — parte já veio — órgãos que constituirão o Departamento de Administração; Ministério da Viação e Obras Públicas: parte final do Gabinete do Ministro, Departamento de Administração, com as Divisões de Pessoal, Orçamento e Material, Serviço de Comunicações, de Documentação, Seção de Organização; Ministério da Saúde: parte final do Gabinete do Ministro, Consultor Jurídico, Departamento de Administração, com Divisões de Material, Pessoal e Orçamento, seção de Organização, Serviço de Comunicações e Transportes, parte da Divisão de Obras, Serviço de Documentação, Serviços de Utilidades Sanitárias; Ministério da Indústria e Comércio: Gabinete do Ministro e Assessores Técnicos, Departamento de Administração, de acordo com a implantação a ser determinada; Ministério das Relações Exteriores: parte final do Gabinete do Ministro e todos os órgãos de maneira total.

A respeito do Ministério das Relações Exteriores, já houve ordem para o início da construção do prédio do Itamarati aqui em Brasília, o que é elogiável.

O Sr. Alde Sampaio — Pelo que V. Exa. acaba de expor, percebe-se que a orientação seria transferir para Brasília os principais órgãos de ação executiva na Administração. Receio que esses órgãos todos deslocados para cá constituam ainda volume muito grande de pessoal e de trabalho e tenho a impressão de que para que Brasília continue a desenvolver-se lentamente — não se pode partir por uma administração, ela há de ser um todo — as primeiras transferências, deveriam ser daqueles ór-

gãos preparatórios, órgãos de Estado, órgãos de preparação, para que depois, então, parte por parte, fossem transferidos os ministérios, inverter-se isso, deixar os órgãos preparatórios, os órgãos de estudo, no Rio de Janeiro, e trazer os órgãos executivos de ação imediata aqui para Brasília parece-me oneroso à administração pública, já hoje grandemente prejudicada com essa meia transferência aqui para Brasília.

O SR. EMIVAL CAIADO — É preciso trazer tudo para Brasília, Sr. Deputado, porque, aqui, finalmente, é a Capital da República há mais de dois anos e meio. Não podemos continuar eternamente com o Poder Executivo na Guanabara.

O Sr. Alde Sampaio — Mas dentro de um prazo mais longo.

O SR. EMIVAL CAIADO — Por esse plano do GTB dará para construir 9 mil residências consideradas imprescindíveis para transmutação desse restante de órgãos há pouco mencionados.

O Sr. Moacir de Azevedo — Quero manifestar a V. Exa. a minha solidariedade com a sua atuação nesse particular. Acho mesmo que se torna imprescindível uma ação rigorosa do Congresso, contra esse falado retorno, que é absolutamente inviável. Hoje, o Brasil não pode mais admitir que se cogite do retorno da Capital ao Rio de Janeiro, mesmo porque isso seria flagrantemente inconstitucional. A Carta Magna determina, no seu Art. 1.º § 2.º, que o Distrito Federal é a Capital da República, da União e, nas Disposições Transitórias, no Art. 4.º que a Capital seria transferida para o Planalto Central, e, no § 4.º desse mesmo artigo, que, efetuada a transferência, "o atual Distrito Federal passará a constituir o Estado da Guanabara. Ora se esse artigo das Disposições Transitórias já foi cumprido, se já temos o Estado da Guanabara funcionando em toda a sua plenitude e resolvendo seus problemas, se a

Capital da República é, pela Constituição, no Distrito Federal, como falar-se em retorno da Capital para o Rio de Janeiro? É um absurdo que não tem a menor viabilidade e só visa um objetivo: afugentar os capitais da sede da República, retardar o cumprimento de suas finalidades, dificultar, embaraçar, por todos os modos, a administração, em benefício dos sibaritas, dos gozadores, daqueles que querem viver no Rio de Janeiro e outros centros...

O SR. EMIVAL CAIADO — Desmoralizando o Brasil no exterior.

O Sr. Moacir de Azevedo — ... e ao mesmo tempo, querem manter o mandato, que tem de ser exercido no Planalto Central. Precisamos reagir enérgicamente contra isso, que é um movimento sem nenhuma possibilidade de êxito e que traz graves prejuízos para o Governo, para a Nação, porque não podemos, absolutamente, permitir que se continue a cogitar desse retorno, medida inconstitucional, para cuja adoção não há ambiente no Congresso.

O SR. EMIVAL CAIADO — V. Exa. tem inteira razão, mas a manobra do antimudancismo parece que seria no sentido de voltar a Câmara dos Deputados, por meio de deliberação da Mesa, *ad referendum* posterior do plenário. Sei que não atingirão esse objetivo, porque o Bloco Parlamentar Mudancista existe ainda nesta Casa. Se é verdade que tivemos algumas defecções, não é menos verdade que outros elementos, que se colocavam preliminarmente pela inoportunidade da mudança da capital naquela ocasião, hoje são ferrenhos defensores da consolidação de Brasília. São homens de bem, homens de responsabilidade, homens que achavam inoportuna a transferência naquele momento e que hoje consideram medida impatriótica e criminoso o retorno da Câmara dos Deputados ou do Congresso brasileiro para o Rio de Janeiro. Este Congresso não teria au-

toridade para poder executar providência dessa natureza, pois isso não é brinquedo de criança. A Nação fez sacrifícios, trouxe a Capital para aqui e nada justifica essa volta. O Legislativo, como o Judiciário, tem funcionado plenamente em Brasília e, como sabem V. Exas, a Casa e a Nação, até têm salvado a democracia brasileira. Acredito que se o Congresso Brasileiro estivesse funcionando no Estado da Guanabara, as instituições democráticas não resistiriam à crise decorrente da renúncia do ex-Presidente Jânio Quadros, nem tampouco essa última crise que atravessamos. Brasília tem sido motivo de preservação das instituições democráticas, salvaguarda da democracia, porque aqui vivemos num ambiente de serenidade, distante do que os americanos chamam *pression groups*, grupos de pressão das grandes cidades, das metrópoles, que atuam sobre os parlamentares, orientando-os muitas vezes erroneamente. Aqui, neste ambiente neutro, do ponto de vista econômico, sem pressões políticas, nós os parlamentares brasileiros temos mais condições de deliberar sobre os problemas nacionais, distantes do nervosismo das lutas de rua do Rio de Janeiro. Aqui, podemos ver o Brasil e legislar para o seu conjunto, numa visão panorâmica sem preferências regionais.

O Sr. Padre Vidigal — Nobre Deputado, sendo eu um dos responsáveis pela vitória do Sr. João Goulart nas últimas eleições, vitória a que lhe permitiu chegar à posição que hoje ocupa, conservei-o sempre na minha alca de mira, desde que assumiu a Presidência da República. Vi-o, então, cercado e explorado pelos comunistas dentro desta Casa e fora dela, mas, conquanto o mantivesse na minha alca de mira, nunca o apanhei nesse delito de pretender fazer retornar a Capital ao Rio de Janeiro. Tudo isso, como V. Exa. bem salientou, é uma espécie de pilhéria de mau gosto por parte de alguns

de nossos colegas. O ex-Deputado Israel Pinheiro, antigo Presidente da NOVACAP e construtor desta Capital, ainda ontem deu entrevista em que, trocadilhista, disse que a idéia era "levi... ana".

Chegou até a argumentar que a vida nesta Capital oferece muito mais condições do que no Rio de Janeiro. Na realidade V. Exa. sabe tanto quanto eu e ele que a vida aqui é mais barata do que no Rio. De mim posso dizer que acho muito mais barata que a vida em Belo Horizonte, a minha Capital mineira. Mas, Sr. Deputado, causa dó ver-se certa pobreza de espírito de alguns parlamentares. Um Deputado dizia, com a máxima seriedade, que o Brasil devia doar Brasília à ONU.

O Sr. Moacir Azevedo — É uma pilhéria.

O Sr. Padre Vidigal — Mas falou sério. E de um velho Senador, quase decrépito, ouvi dizer que a Capital devia ficar em Quitandinha. Vê V. Exa. como são as coisas...

O SR. EMIVAL CAIADO — Prosseguindo, Sr. Presidente, e V. Exa. já me adverte de que meu tempo está esgotado, desejo conclamar os mudancistas desta Capital para aproveitarmos o ensejo, a oportunidade que a onda retornista nos propiciou para desfecharmos, então, a segunda etapa da batalha do Bloco Parlamentar Mudancista, que é a da fixação e consolidação de Brasília como Capital da República, continuando a transferir todos os órgãos da administração federal que por lei e por conveniência do Serviço Público devem estar presentes nesta Cidade.

Formulamos apelo aos Srs. Primeiro-Ministro e Presidente da República para que dêem essas providências que dependem sim, principal e quase exclusivamente, do Poder Executivo, não dos Poderes Legislativo ou Judiciário, para que, sem mais delongas, possamos iniciar novas construções na base do crédito rotativo, onde cada funcionário possa construir a sua

residência como bem desejar e pagar o preço dessa construção no prazo de 12 anos, a fim de que possamos, com 9.000 residências, inicialmente, consolidar a Capital da República em Brasília, dando-lhe caráter definitivo.

Esperamos que os novos Deputados que virão para esta Casa também se integrem nesse movimento. Eleitos quase três anos após a mudança da Capital, estarão possuídos, naturalmente daquele espírito de vir residir nesta cidade, de aqui viver com suas famílias e, aqui, exercer os seus mandatos na plenitude deste clima neutro, salutar e propício ao trabalho.

Aqui fica, Sr. Presidente, o meu apêlo ao Poder Executivo e aos colegas para começarmos essa batalha no sentido da consolidação da nova Capital.

Era o que tinha a dizer. (*Muito bem. Muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado*).

O SR. PADRE VIDIGAL (*Lê o seguinte discurso*). — Senhor Presidente, Srs. Deputados, página das mais negras da negra história do comunismo internacional esta que a Rússia escreveu no Caribe, sem qualquer compostura, como é do seu feitio e do seu costume de dominar e escravizar nações.

O assunto "bloqueio de Cuba" pode ser assim exposto:

Primeiro: *Poderio das bases soviéticas em Cuba*:

a) *Prontas para operar*, três bases com alcance de 1.920 quilômetros, vale dizer, alcançando Washington. Poder destrutivo: 1 megaton, (50 vezes a bomba atômica de Hiroshima);

b) Em construção, seis bases com alcance de 4.050 quilômetros alcançando todos os Estados Unidos de costa a costa. Poder destrutivo: 5 megatons;

c) Além disto os soviéticos levaram para Cuba pelo menos 25 bombardeiros Iliushin-28 que transportam cargas nucleares.

Segundo: *Decisões americanas*:

a) Não era suficiente que os soviéticos interrompessem o fornecimento de mísseis a Cuba. Era necessário que todos os mísseis existentes em Cuba fôssem desmantelados e removidos. Caso contrário os Estados Unidos invadiriam Cuba e removeriam os mísseis.

b) Qualquer ato de agressão partindo de Cuba seria tratado pelos Estados Unidos como um ataque partindo da União Soviética e os Estados Unidos partiriam para um ataque contra a União Soviética com toda a urgência e com todo o seu poderio termonuclear.

Terceiro: *declarações de Kennedy*:

a) Para U Thant: a ameaça real foi criada pela introdução de armas ofensivas em Cuba, em segredo, e Cuba, e a resposta a essa ameaça repousa na retirada de tais armas.

b) Para Nikita: o potencial soviético em mísseis, em Cuba, representava uma ameaça à sobrevivência dos Estados Unidos.

c) Para o povo americano, na televisão: qualquer míssil, lançado de Cuba contra qualquer nação do nosso hemisfério seria encarado pelos Estados Unidos como um ataque partindo da União Soviética e acarretaria uma represália em plena carga contra a Rússia.

d) Carta a Nikita Kruschey: dizendo que não haveria acordo enquanto os mísseis não fôssem desmantelados sob a supervisão da ONU.

Quarto: *Por que a União Soviética se instalou em Cuba?*

1.º — *Investimento*. A União Soviética já investiu, em Cuba, o equivalente a 1 bilhão de dólares.

2.º — *Enfraquecer a posição política de Kennedy nos Estados Unidos*. Depois de instaladas bases ela as apresentaria como fato consumado, numa época em que os Estados Unidos estavam totalmente ocupados com as eleições. Assim a URSS enfraqueceria a posição de